



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

27/08/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

'Como é que pode gerar emprego com uma CLT tão rígida?', diz Bolsonaro

Mesmo com a melhora no mercado formal de trabalho registrada em julho, o presidente Jair Bolsonaro (Sem partido) questionou nesta quinta-feira (26) como ser possível gerar emprego “com uma CLT tão rígida assim”.

No mês passado, foi registrada a abertura de 316.580 vagas de emprego com carteira assinada no país, segundo dados divulgados nesta quinta-feira (26) pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

O saldo foi resultado de 1,656 milhão de contratações e 1,339 milhão de desligamentos no mês, de acordo com o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados)

“Alguém é patrão aqui? Então você sabe o que é dificuldade, né. Como é que pode gerar emprego com uma CLT tão rígida dessa forma? E quando se fala em CLT, o pessoal se volta contra, 'aí, quer acabar com direito’”, disse o presidente a apoiadores no Palácio do Alvorada.

A declaração de Bolsonaro ocorreu após um dos apoiadores dizer que queria apresentar um plano de geração de empregos. No vídeo, ele não dá mais detalhes sobre o suposto plano ou a entrega do documento.

Segundo dados mais recentes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgados no final de junho, o número de desempregados totalizou em 14,8 milhões, entre fevereiro e abril.

Saiba mais em: [Folha de São Paulo](#), sexta-feira 26 de agosto.

Associações temem desemprego após fim do programa que corta salário e jornada

Entidades que representam os setores de comércio e serviços temem que o fim da vigência do BEm (Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda) possa elevar o desemprego e aumentar o número de estabelecimentos fechados.

O programa de corte de salário e jornada ou suspensão dos contratos de trabalho, que já havia tido versão semelhante em 2020, começou a vigorar em abril deste ano, após a publicação da medida provisória 1.045. Passados 120 dias da publicação, o texto perdeu validade, já que não foi votado pelo Congresso Nacional.

Entre os itens criados pelo programa estavam a redução proporcional da jornada de trabalho e dos salários e a suspensão dos contratos de trabalho. As medidas foram criadas para tentar reduzir os impactos provocados pela pandemia da Covid-19 na economia.

"O programa fez com que muitos estabelecimentos continuassem prestando serviços de uma forma razoável e evitou o desemprego. Porém, o fim dele prejudica. Muita gente talvez não consiga manter o número de funcionários que tinha com o programa", avalia Percival Maricato, presidente do conselho estadual da Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes em São Paulo).

Saiba mais em: [agora.folha.uol.com.br](#), sexta-feira 27 de agosto.

Consumo de energia na primeira quinzena de agosto avança 1%, diz CCEE

O consumo de energia elétrica na primeira quinzena de agosto avançou 1% em relação ao mesmo período de 2020, para 60.689 megawatts médios, informou a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) nesta quinta-feira (26).

O consumo na primeira parte do mês também mostrou um aumento ante 2019, em 1,4%, o que confirma tendência de que a demanda está maior do que no período pré-pandemia.

Para a instituição, o resultado reflete o avanço significativo no mercado livre (ACL) de 7,8% comparado a 2020. Este segmento atende indústrias e grandes redes comerciais e é responsável por 35% do consumo total do país.

Enquanto o mercado regulado (ACR), responsável pelos pequenos comércios, pequenas e médias empresas e os consumidores residenciais, obteve uma redução do consumo de 2,3%, considerando também as cargas que saíram do segmento para o ambiente livre.

O presidente do Conselho de Administração da CCEE, Rui Altieri, afirmou que a organização espera menores taxas de crescimento nos próximos meses, visto que já havia uma maior retomada de consumo no segundo semestre do ano passado.

"Aos poucos estamos voltando à normalidade, com patamares semelhantes ao histórico do nosso setor", afirmou Altieri.

Saiba mais em: aovivo.folha.uol.com.br, sexta-feira 26 de agosto.

Conta de luz pode ter de subir mais 15% para cobrir alta no custo da geração

Representantes de distribuidoras, associações de consumidores e analistas de mercado estimam que a bandeira 2 vermelha —a mais cara na conta de luz— terá de dobrar de valor em setembro para cobrir a alta dos custos de geração de energia.

Se a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) adotar medida nesse sentido, a conta de luz passará por um reajuste médio de 15,2%.

Com a maior crise hídrica dos últimos 91 anos, as hidrelétricas perderam espaço na oferta, enquanto o governo se viu obrigado a acionar térmicas —fonte mais cara, cujo custo é repassado ao consumidor.

As bandeiras —verde, amarela e vermelha— constam da conta de luz e servem para indicar a necessidade de se reduzir o consumo. Caso contrário, o cliente paga mais.

Questionado, o ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) afirmou à Folha que, embora a "atualização" das bandeiras seja competência da Aneel, ela "contempla o valor necessário para a cobertura de custos de GSF [risco hidrológico] e de despacho termelétrico adicional, dentre outros [fatores]".

"Na atual conjuntura, esses custos estão aumentando. Os custos adicionais ou serão considerados na bandeira ou serão considerados na tarifa", disse o ministro.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sexta-feira 27 de agosto.